

DESCRIÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS PESCADORES NO BAIXO SÃO FRANCISCO, NORDESTE-BRASIL

Priscila Costa Rezende¹
Igor da Mata Oliveira²

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo traçar o perfil socioeconômico dos pescadores na região do Baixo São Francisco (BSF). A pesquisa foi realizada no período novembro de 2010 a julho de 2011, através de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos pescadores por meio de visita de campo nos 22 municípios ribeirinhos de Sergipe e Alagoas que compreendem a região. De acordo com estimativas das colônias de pescadores da região, existem, aproximadamente, 19.000 pescadores artesanais cadastrados em 20 entidades. Foram entrevistados 207 pescadores, que apresentaram idade média de 40 anos, dos quais 83% tem a pesca como principal fonte de renda, sendo a mesma uma atividade familiar, transmitida principalmente de pai para filho (48%). Apenas 15% concluiu o Ensino Médio, existindo em média $1,9 \pm 0,7$ pescadores por lar. A venda do pescado é realizada em sua maioria no desembarque a atravessadores ou diretamente ao consumidor final (70%), pelos próprios pescadores. Observa-se que são necessárias medidas de manejo para garantir a sustentabilidade da pesca do BSF.

Palavras-chave: Pesca ribeirinha; pescadores artesanais; atividade familiar; perfil social e econômico.

SOCIOECONOMIC DESCRIPTION OF FISHERMEN IN THE LOWER SAN FRANCISCO, NE-BRAZIL

ABSTRACT

The study aimed to register the socioeconomic profile of fishermen in the Lower São Francisco region (BSF). The research was conducted from November 2010 to July 2011, visiting the 22 riverside cities of Sergipe and Alagoas states, that comprises the Lower São Francisco region, through the application of semi-structured interviews for the fishermen. There are approximately 19,000 registered artisanal fishermen in 20 entities. Was interviewed 207 fishermen mean age 40 years, of which 83% have fishing as their main job, being a familiar activity, mainly transmitted from father to son (48%). Only 15% is graduated in high school, and there are 1.9 ± 0.7 fishermen per home. The sale of the fish is performed mostly on landing, to a middleman or directly for consumer (70%). It is observed that management measures are needed to ensure the viability of fishing for BSF.

Keywords: River fishing; artisanal fishermen; family activity; social and economic profile.

JEL: Q22; Q01

¹ Engenheira de Pesca, Mestre em Aquicultura e Recursos Pesqueiros, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC <priscila.pesca.ufal@hotmail.com>

² Engenheiro de Pesca, Professor da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Unidade Penedo. Av. Beira Rio, s/n. CEP 57200-000 – Penedo-AL <oliveira.igordamata@gmail.com>



1 INTRODUÇÃO

No Brasil, são produzidos 1.240.000t de pescado por ano, dos quais aproximadamente 45% são oriundos da pesca artesanal. Existem oficialmente 970 mil pescadores registrados, dos quais 957 mil são artesanais, organizadas em cerca de 760 colônias, 137 sindicatos e 47 cooperativas (MPA, 2011).

Os pescadores artesanais são aqueles que utilizam de embarcação e aparelhagem de pouca autonomia, realizando a pescaria mais próxima à costa ou em águas continentais (DIEGUES, 1973). A pesca artesanal se trata de uma das atividades mais antigas do Brasil, sendo a principal fonte de renda para muitas famílias de várias comunidades (ABDALLAH; BACHA, 1999).

A atividade pesqueira na sua forma artesanal assume grande importância para o comércio local de muitas cidades. Parte da produção pode ser vendida a intermediários ou em feiras dos municípios mais próximos (SANTOS; SANTOS, 2005).

Porém, a decadência na qualidade do ambiente aquático devido à eutrofização, a poluição e as modificações feitas pelo homem vêm levando a uma redução da capacidade dos peixes nativos de se adaptarem, por meio da reprodução natural, à pressão pesqueira (WELCOME; BARTLEY, 1998).

A construção de barragens, indústrias e hidrelétricas está sempre ligada a agentes causadores de impactos negativos aos ecossistemas, promovendo desmatamento, contaminação dos recursos hídricos e modificações nas comunidades humanas, que vivem direta ou indiretamente destes recursos (DIEGUES, 1973).

A pesca artesanal é a mais afetada em decorrência dos problemas citados. Segundo Boeger (1998) e Dantas et al. (2008), a partir das instalações de usinas hidrelétricas, as espécies reofílicas diminuíram drasticamente seus fluxos migratórios pela criação de barreiras físicas, que alteraram o sistema hídrico, de lótico para lêntico, contribuindo para a redução dos estoques das principais espécies nativas.

No Baixo São Francisco, Nordeste do Brasil, o Reservatório de Xingó é um dos exemplos da mudança do sistema hídrico e do fluxo do rio, onde para sua construção foram inundadas áreas pertencentes aos municípios de Paulo

Afonso, no Estado da Bahia, Olho D'água do Casado, Piranhas e Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas e Canindé do São Francisco no Estado de Sergipe (CHESF, 2008).

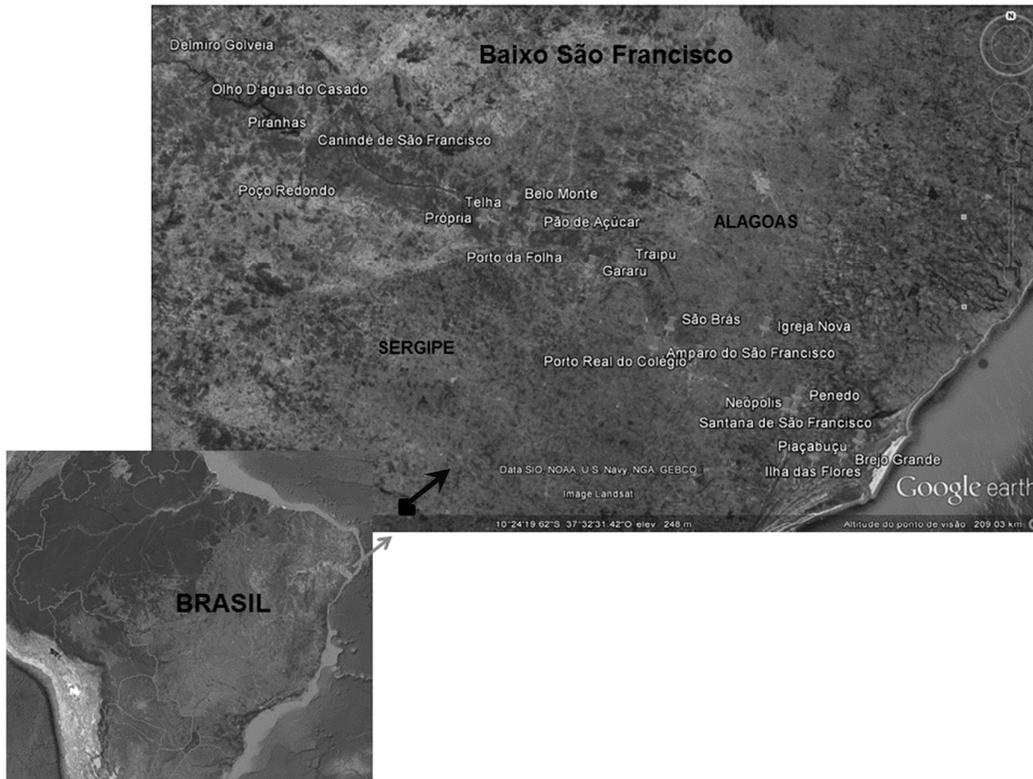
Diante disso, o presente trabalho, teve como objetivo registrar o perfil socioeconômico dos pescadores do Baixo São Francisco. Promovendo uma melhor compreensão da atual situação dos pescadores da região após a modificação do ambiente realizada pelo homem.

1.1 Área de estudo

A Usina Hidrelétrica de Xingó faz parte do sistema de geração de energia elétrica da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), tem como objetivo principal aumentar a oferta de energia elétrica e está em operação desde dezembro de 1994. Localiza-se no Rio São Francisco (09°37'S, 037°46'W, entre os estados de Alagoas e Sergipe, aproximadamente 2 km a montante da cidade de Canindé de São Francisco-SE, região Nordeste do Brasil), a 180 km da foz do rio, no trecho final do canyon que se inicia em Paulo Afonso. O Reservatório de Xingó está localizado no Baixo São Francisco, apresenta uma superfície aproximada de 60 km², com uma capacidade de armazenamento de 3,8 bilhões de m³ de água (CHESF, 2008).

O trabalho foi realizado nos 22 municípios que compreendem a porção do Baixo São Francisco, sendo 11 em Alagoas (Delmiro Gouveia, Olho d'Água do Casado, Piranhas, Pão de Açúcar, Belo Monte, Traipu, São Brás, Porto Real do Colégio, Igreja Nova, Penedo e Piaçabuçu) e 11 em Sergipe (Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu, Amparo do São Francisco, Telha, Própria, Santana de São Francisco, Neópolis, Ilha das Flores e Brejo Grande) (Figura 1).

Figura 1 - Cidades que compõem o baixo São Francisco e sua localização no Brasil



Fonte: os Autores

1.2 Metodologia

A pesquisa foi realizada no período de novembro de 2010 a julho de 2011, através de entrevistas semiestruturadas, aplicadas aos pescadores presentes nas oficinas do Programa de Resgate Cultural dos Pescadores e Pescadoras do Baixo São Francisco (CHESF/BrasilEncorp), ou por meio de visita de campo às colônias, atracadouros, barracões, associações e em pontos de desembarque e comercialização de pescado, ao longo dos 22 municípios da região (11 em Alagoas e 11 em Sergipe). Foi determinado o número médio de entrevistas de 10 pescadores por colônia, e ao menos 1 representante da mesma (presidente, tesoureiro ou secretário).

As entrevistas semi-estruturadas constituem um roteiro simples de perguntas e questões que são levantadas e posteriormente são complementadas pelo entrevistado, de modo que haja flexibilidade entre o entrevistador e o entrevistado na coleta de informações, incluindo, por exemplo, perguntas não

inicialmente previstas no roteiro e possíveis opiniões do entrevistado (Richardson, 1989).

Foram utilizados dois roteiros de entrevista distintos: um aplicado aos pescadores(as) e outro aplicado as colônias ou associações de pescadores.

Junto aos representantes das colônias ou associações, foram levantadas informações sobre a estrutura, os serviços prestados aos associados (cadastramento, seguro defeso, arrolamento de embarcações e apoio à comercialização do pescado dos associados). Já junto aos pescadores, foram obtidas informações sobre o seu perfil social (idade, sexo, estado civil, número de filhos, quantidade de pescadores registrados nas colônias, no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA/registro de pescador profissional), recebimento de seguro defeso, nível de escolaridade, tipo de influência para o início da atividade pesqueira e o motivo pela permanência do indivíduo na atividade), fontes de renda, tipo de habitação, número de pescadores por lar, acesso a serviços públicos (energia elétrica, água encanada, coleta de lixo, serviço de esgoto), posse e uso de embarcações e sobre a conservação e comercialização do pescado (forma de conservação, local, forma de venda e destino inicial da produção).

Todos os dados compuseram um banco de dados, para análise de estatística descritiva (médias, desvios, porcentagens além de gráficos e tabelas).

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 As colônias de pescadores

De acordo com dados obtidos junto aos representantes das colônias, atualmente o BSF possui cerca de 19.000 pescadores artesanais profissionais cadastrados, locados em 19 colônias e 1 associação de pescadores. No entanto, segundo dados do MPA, a região conta com 16.500 pescadores registrados em situação legal em todo o BSF (MPA, 2011).

A colônia que apresentou maior número de associados foi a de Piaçabuçu, Z-19 (3.980 pescadores associados), seguida pelas colônias de Neópolis, Z-7 (3.140) e Penedo, Z-12 (2.500).

O elevado número de associados em algumas colônias se explica pelo fato dessas concentrarem associados de outros municípios e localidades, os quais não possuem colônias ou foram criadas recentemente. No caso da colônia de Piaçabuçu, esta concentra, além dos pescadores do Baixo São Francisco, pescadores marinhos, do Pontal do Peba e povoados circunvizinhos. Como as colônias não possuem informações que especifiquem o tipo de pescaria realizada pelos associados, se considerarmos apenas os pescadores ribeirinhos, podemos afirmar que o número obtido está sobreestimado. No sistema do MPA é possível realizar a pesquisa do número de associados por região, ou por colônia de pescadores. De acordo com o mesmo, conforme consta em seu sistema, 1.175 pescadores estão registrados em situação legal no referido município, bem abaixo do valor informado (3.986 pescadores).

As colônias menos representativas, em termos de número de associados, foram as de Ilha das Flores, Z-23 (51 pescadores associados), Amparo do São Francisco, Z-20 (106) e Santana do São Francisco, Z-22 (160). Tais colônias foram recentemente criadas, e têm, portanto, colônias antigas e mais representativas em municípios próximos, nas quais se concentram grande parte dos pescadores desses municípios.

Aproximadamente 70% das colônias do Baixo São Francisco possuem computadores com acesso à internet, nos quais são realizados serviços administrativos, como emissão de carteiras de associado, “arrolamento” (registro) das embarcações, feito junto à Capitania dos Portos de Penedo, além de cadastramento e verificação de liberação para o seguro defeso, junto ao Ministério da Pesca. Observou-se ainda que 30% das colônias possuem um “mercado do peixe” (infraestrutura de apoio à comercialização do pescado produzido pelos associados), e mais 9% possuem projeto para a implantação de tal estrutura.

2.2 Perfil social e jornada de trabalho

No total foram entrevistados 207 pescadores, com idade de 39 ± 12 anos para homens e 37 ± 18 para mulheres. A média de idade encontrada na região apresenta valor aproximado ao encontrado por Lira et al. (2010), de 38 anos

para homens e 37 para mulheres pescadores(as) de Pernambuco. 75% dos entrevistados são do sexo masculino e 60% são casados ou vivem em união estável.

Lira et al. (2010), observaram ainda que 67% dos pescadores em Pernambuco são do sexo masculino, ao passo que Alencar e Maia (2011), afirmam que na região Nordeste, onde a pesca artesanal é predominante, as mulheres tem 39% de participação dentro da atividade pesqueira. Levando esses valores para o cenário nacional, os mesmos autores citam que as mulheres representam 34,9% dos pescadores artesanais.

Segundo Diegues (1973), os pescadores artesanais trabalham na maioria das vezes sozinhos e/ou utilizam mão de obra familiar ou não assalariada, de ambos os sexos e com grande amplitude etária. No presente trabalho, 25% dos entrevistados foram mulheres, que afirmaram atuar de forma a ajudar o marido durante a pescaria. Esse resultado apresenta uma questão de identidade, muito comum na pesca, onde vários indivíduos, e em especial as mulheres, não se identificam como pescadores, considerando-se apenas pescadores de oportunidade ou como um ajudante, geralmente de algum pescador profissional com forte vínculo familiar.

Em relação ao número de filhos, os mesmos apresentaram em média $2,1 \pm 1,5$ filhos/ por pescador, corroborando a Lira et al. (2010) que observou no estado de Pernambuco, uma média de 2,8 filhos. Semelhante também ao descrito no CENSO 2010, no qual a média nacional de filhos por mulher é de 1,9 (IBGE, 2010).

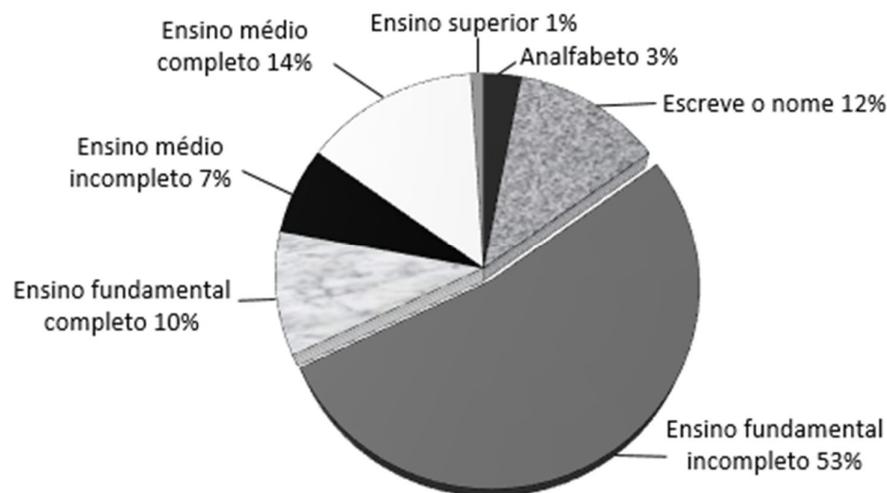
Os pescadores do BSF trabalham, em média, 4 dias por semana, 8 horas por dia, apresentando jornada de trabalho similar aos trabalhadores formais (8 horas/dia). Em sua maioria, saem ao amanhecer para realizar a pesca, voltando no final do dia, semelhante a jornada de trabalho dos pescadores de Pernambuco, apresentada por Lira et al. (2010), de 4,5 dias por semana e 4 a 8 horas/dia.

2.3 Escolaridade

Entre os pescadores do Baixo São Francisco foi observado que 53% dos entrevistados possuem apenas o Ensino Fundamental incompleto. Se

somarmos os 12% que sabem escrever o nome, mais 3% dos declarados analfabetos, temos 15% de pescadores que não possuem nenhum grau de instrução. Somando-se, ainda, esse valor com mais 53% que possuem apenas o ensino fundamental incompleto, temos 68% de pescadores analfabetos funcionais (Figura 2).

Figura 2 - Nível de escolaridade dos pescadores do Baixo São Francisco. N=207



Fonte: os Autores

De acordo com o IBGE (2010), 50,2% da população brasileira não tem nenhum grau de instrução ou tem o ensino fundamental incompleto, não sendo, portanto, esse resultado exclusivo dessa classe. Mesmo assim, o nível de escolaridade entre os pescadores do baixo São Francisco é considerado baixo.

Alencar e Maia (2011), afirmam que 75% dos pescadores brasileiros possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Na região Nordeste, os mesmos autores afirmam que 72% possuem o até o ensino fundamental incompleto. Já Ramos (2001) observou que a escolaridade máxima encontrada na região do Baixo São Francisco foi a terceira série do ensino fundamental (incompleto). Todos os dados, apresentando similaridade, onde a maioria dos pescadores possui apenas o ensino fundamental incompleto, dificultando a organização e desenvolvimento da pesca artesanal, no que diz respeito ao conhecimento e busca pelo setor e seus direitos. Além de dificultar também a realização de capacitações, com a finalidade de melhoraria da atividade.

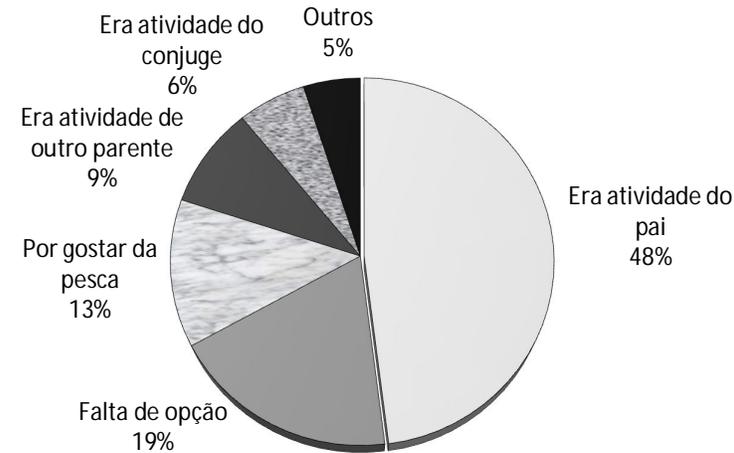
De acordo com Anjos et al. (2010), percebe-se a existência de uma rejeição do trabalho urbano, na fala dos pescadores de Miranda/MS e de Aquidauana/Anastácio, e que esse motivo se dá pela falta de estudo. Isto se deve, entre outros motivos, à dificuldade em se inserir no nesse mercado em decorrência da baixa escolaridade. Além disso, Isaac-Nahum (2006), no sentido de que a falta de oportunidades para a educação formal e profissional, e ausência de conhecimentos sobre as regras básicas de gerenciamento de negócios fazem do pescador de pequena escala um trabalhador sem instrumentos culturais, sociais e econômicos para melhorar a sua condição de vida.

2.4 Ingresso e permanência na atividade

No Baixo São Francisco é possível observar que a pesca é uma atividade familiar, como descrito por Diegues (1983) de esta ser uma das características da pesca artesanal, visto que 63% dos pescadores entrevistados ingressaram na atividade por influência de algum familiar (pai, cônjuge ou outro parente), sendo o pai o principal incentivador (Figura 3). No entanto, esse quadro não é uma exclusividade da atividade pesqueira, de acordo com Almeida e Silva (2011), a influência dos pais nos processos da escolha profissional dos filhos ocorre continuamente nos processos de interação dentro dos grupos familiares, algo iniciado na infância.

Por outro lado, o ingresso na pesca de 19% dos entrevistados por falta de opções ou de condições para outra atividade, precisa ser acompanhado e minimizado pela gestão pública, tendo em vista que o mesmo certamente está relacionado ao baixo grau de escolaridade entre os pescadores.

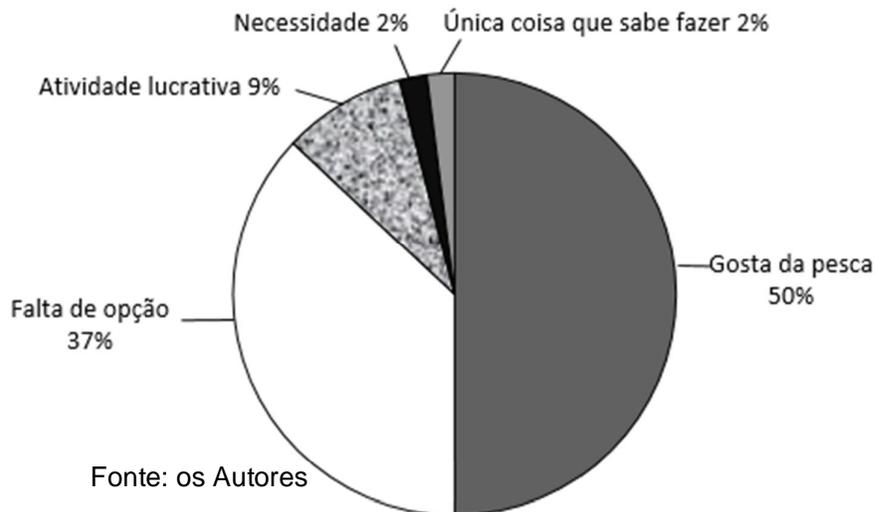
Figura 3 - Principais fatores de influência para a entrada dos pescadores na atividade.N=207



Fonte: os Autores

Apesar de um grande número de pescadores relatar que permanece na atividade por falta de opção, a maioria afirma que permanece por realmente gostar da pesca (Figura 4). Durante a pesquisa de campo, foi observado, ainda, em todo o Baixo São Francisco, que pescadores mais antigos, tendem a se referir à profissão com mais ênfase. Essa observação nos leva a crer que seria preciso avaliar o interesse dos pescadores na atividade por estrutura etária, de maneira a se inferir sobre o futuro da atividade, a composição dos participantes e possíveis alternativas econômicas para as populações ribeirinhas tradicionais.

Figura 4 - Motivos para a permanência dos pescadores na atividade. N= 207.



Fonte: os Autores

2.5 Renda do pescador

A renda média mensal estimada entre os pescadores dos municípios estudados foi de R\$ 225,00 (US\$ 59.24). Porém, 33,3% obtêm uma renda de apenas R\$100,00 a R\$200,00/mês na pesca. Essa informação, no entanto, se mostrou de difícil obtenção, com grande dificuldade e/ou rejeição em ser retratada por parte dos pescadores, o que nos deixa dúvidas quanto às estimativas.

Os pescadores do baixo São Francisco em sua maioria (83%), tem a pesca como principal fonte de renda, como também encontrado por Silva et al. (2007), na região de Conceição do Araguaia - PA (74%), ressaltando a importância socioeconômica da atividade pesqueira para a maioria das regiões ribeirinhas.

Somente 17% dos entrevistados possuem outro tipo de fonte de renda, ou outro trabalho que ajude nos rendimentos da pesca, como aquicultura, agricultura, atuam como motorista ou exercem trabalhos temporários de forma autônoma.

34% dos pescadores não tem nenhum familiar em sua casa que complemente e/ou ajude nas despesas. Já para os outros 66%, a renda é complementada pelo trabalho do cônjuge, ou fazem parte do programa Bolsa Família³.

3 HABITAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS

Em relação à moradia dos pescadores, existem em média $1,9 \pm 0,7$ pescadores por lar no BSF. Geralmente, a pesca é realizada pelo marido e mulher, ou pelo pai e filho juntos, reforçando o aspecto familiar da atividade na região.

97% dos pescadores entrevistados afirmaram possuir casa própria, estas são feitas em sua maioria de alvenaria (95%), seguidas de taipa (3%),

³O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (MDS, 2012).

taipa e alvenaria (1,5%) e madeira (0,5%). Já Lira et al. (2010), observou que 82,5% dos pescadores de Pernambuco possuem casa própria. Segundo dados do CENSO (IBGE, 2010) apenas 76,9% da população do Nordeste possui casa própria.

Em se tratando de acesso à serviços públicos básicos, quase metade dos pescadores entrevistados não contam com serviço de esgoto (Tabela 1). Delmiro Gouveia, Poço Redondo e Brejo Grande, apresentaram os piores indicadores. Embora todos os pescadores entrevistados tenham água encanada e energia elétrica em suas casas, nenhum deles contava com os serviços de esgoto e coleta de lixo. Segundo os pescadores, nessa condição, quando o lixo não é jogado no rio, o descarte ocorre em terrenos abandonados, e às vezes queimado, o que, como sabemos, compromete não apenas o solo, mas também subsolo e lençóis freáticos. Esse acúmulo pode ocasionar doenças, sendo, portanto, um ponto que requer responsabilidade dos administradores públicos, não somente importante pelos impactos causados a população local, como para melhoria de vida.

Tabela 1 – Serviços de saneamento básico oferecidos aos pescadores do Baixo São Francisco

SERVIÇOS	POSSUEM	NÃO POSSUEM
Energia elétrica	97%	3%
Água encanada	90%	10%
Serviço de esgoto	53%	47%
Coleta de lixo	88%	12%

Fonte: Questionários preenchidos pelos pescadores durante a pesquisa.

IBGE (2010) para a região Nordeste, onde 96% possui energia elétrica, 76%, água encanada, 45% serviço de esgoto e 75% coleta de lixo direta e indireta. Quando compararmos a outras regiões onde se concentram pescadores, os valores apresentam similaridade aos dados do IBGE, onde 97% possuem energia elétrica, 80% água encanada, 20% serviço de esgoto e 76% coleta de lixo (LIRA et al., 2010).

Ressalta-se ainda que 22% dos pescadores entrevistados realizam a pesca em outros lugares além do rio São Francisco (em lagoas, riachos e

barragens), o que reforça a importância da preservação também desses corpos d'água adjacentes para a pesca da região, os quais são responsáveis pela manutenção e desenvolvimento de várias espécies.

4 REGISTRO E SEGURO DEFESO

Quanto ao registro dos pescadores, 64% possuíam carteira do MPA, 24% a carteira da capitania dos portos e 81% a carteira da colônia de pescadores. As cidades que possuem maior proporção de pescadores registrados no MPA são: Pão de Açúcar, Poço Redondo, Porto da Folha, Belo Monte e Ilha das Flores, (100%) (Figura 3). Quando comparado a outras regiões, os pescadores do BSF possuem boa parte dos documentos exigidos para a realização da pesca. Segundo Lira et al. (2010), em Pernambuco, 36% possuem carteira da colônia, 25% possuem carteira do MPA e 10% carteira da capitania dos portos.

Apenas 7% dos pescadores entrevistados não são associados às colônias. 77% dos que são associados, recebem o seguro defeso. Nas cidades de Poço Redondo, Belo Monte, Porto Real do Colégio, Igreja Nova, Ilha das Flores, Piaçabuçu e Brejo Grande todos os entrevistados recebem o seguro defeso⁴. De acordo com Mendonça e Lucena (2013), em 2011, 45 a 60% dos pescadores de Alagoas receberam seguro-defeso. Em Sergipe, 75 a 90%. Comparado aos nossos dados que representam as duas regiões, onde 77% dos pescadores afirmam receber o seguro, apresentam similaridade, estando acima da média nacional, onde 62% dos pescadores receberam seguro-defeso no mesmo ano.

5 POSSE E REGISTRO DE EMBARCAÇÕES

Para a realização da pesca ao longo do baixo São Francisco, 60% dos pescadores entrevistados fazem uso de embarcações das quais 82% são próprias e 18% emprestadas ou alugadas.

Entre os pescadores donos de embarcações, 71% não possuem registro das suas embarcações. Segundo os pescadores, isso se dá devido à grande

⁴ LEI Nº 10.779 de 25 de novembro de 2003, Dispõe concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal (Brasil, 2003).

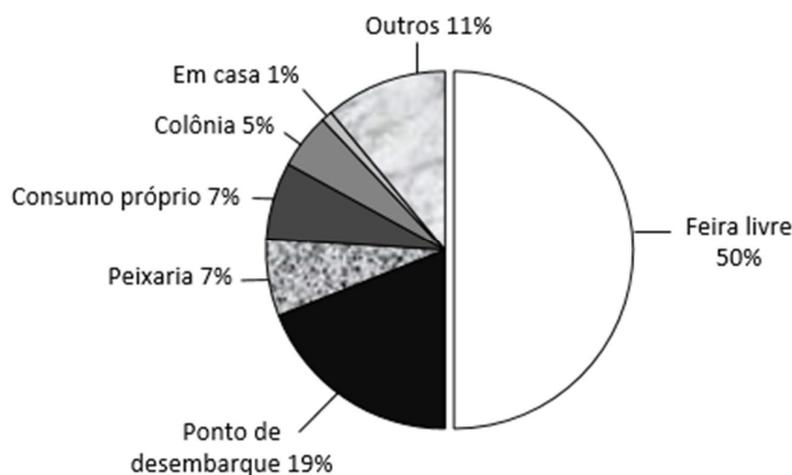
burocracia necessária para a realização do registro (contestação de vários pescadores, quase na sua totalidade). Para tal, são necessárias vistorias, notas fiscais de compra da embarcação e pagamento de seguro. Ainda, muitas vezes esses registros não são feitos na própria cidade, precisando se deslocar para realizá-lo. Aliado a isso, os próprios pescadores mencionam que não há uma forte fiscalização na região, e que, por esses motivos, preferem permanecer irregulares.

6 CONSERVAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO

No Baixo São Francisco foi observado que o pescado é vendido de forma inadequada, em bancas de madeira ou carrinhos de mão sobre papelões, sem nenhuma forma de conservação. De acordo com o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (BRASIL, 1952), a comercialização do pescado deve ser realizada em bancada de alvenaria revestida com azulejos ou de aço inoxidável ou de mármore/granizo ou de madeira, desde que tenha uma chapa de aço inoxidável ou mármore/granizo. (DAMS, et al., 1996 apud JULIANO, 2007).

50% dos pescadores realizam a venda direta do pescado (feira, em casa) (Figura 5).

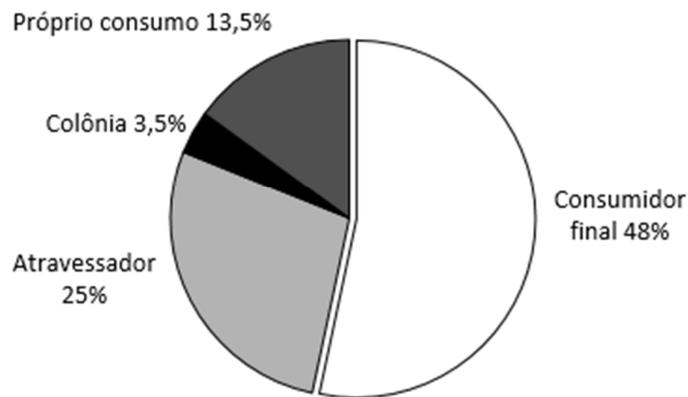
Figura 5 - Locais de comercialização do pescado capturado no BSF. N=207.



Fonte: os Autores

Os principais compradores do pescado diretamente aos pescadores são o consumidor final para quase metade dos pescadores (Figura 6). Segundo Lira et al. (2010), no estado de Pernambuco, 50% da produção de pescado é vendida 50% para o consumidor final, 45% para peixaria e 20% é pescado somente para o próprio consumo (tendo nesse ponto da pesquisa, a possibilidade de se escolher mais do que uma alternativa).

Figura 6 - Principais compradores de pescado no BSF



Fonte: os Autores

3 CONCLUSÃO

A pesca artesanal é uma atividade que ocorre de forma familiar em toda a região do baixo São Francisco, em sua maioria é a principal fonte de renda dos pescadores e também responsável pela receita gerada no comércio local, de forma direta e indireta.

É possível observar que grande parte dos pescadores recebem benefício do governo federal, particularmente, o Bolsa Família. Dessa forma, se faz relevante a realização de um estudo que avaliasse o impacto do referido programa nos índices socioeconômicos do pescador artesanal e seus familiares.

A baixa escolaridade dos pescadores também é um fator que requer atenção. As causas de evasão escolar e a importância do ensino, ou grau de instrução, dentro da atividade pesqueira, se fazem importantes para que o

poder público possa atuar, gerando mais oportunidades, melhores condições de atuação dentro do setor pesqueiro.

A falta de registro das embarcações que atuam na pesca artesanal, requer uma atenção especial por parte da Marinha do Brasil. São necessárias medidas no sentido de desburocratizar o processo de registro, fiscalização, informação e desenvolvimento de parcerias, com as colônias de pescadores para a realização dos tramites legais necessários, facilitando assim o acesso dos pescadores ao registro e maior segurança no trabalho embarcado.

Foi observado em todo o Baixo São Francisco que o pescado é vendido de forma inadequada, não atendendo a padrões sanitários básicos, sem nenhuma forma de conservação. O uso do gelo não foi observado em nenhuma das fases de produção/comercialização. A maioria preferiria que seu pescado fosse comprado logo no desembarque, por alguma empresa, atravessador ou pela própria colônia, dada a alta perecibilidade do pescado e principalmente pela reduzida capacidade de armazenamento da produção, fazendo com que a mesma seja toda vendida, independente do preço. Mas há também pescadores que preferem vender o pescado pessoalmente, quando dispõem de freezers, porque dessa forma eles conseguem obter melhores preços, pois podem, dessa forma, estabelecer seu preço diretamente ao consumidor final. De uma forma ou de outra, é notório a necessidade de apoio para conservação e comercialização do pescado na região, garantindo maior qualidade e melhores preços tanto aos produtores quanto ao consumidor final.

A Lei Nº 11.959/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Brasil, 2009), regula as atividades pesqueiras. Em seu Capítulo III, Da Sustentabilidade do Uso dos Recursos Pesqueiros e da Atividade da Pesca, na Seção I, artigo 3º diz que compete ao poder público a regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira, conciliando o equilíbrio entre o princípio da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e sociais, calculando, autorizando ou estabelecendo, em cada caso as normas cabíveis e no item IX a capacidade de suporte dos ambientes, no X as necessárias ações de monitoramento, controle e fiscalização da atividade e XI a proteção de indivíduos em processo de

reprodução ou recomposição de estoques. A realidade das comunidades pesqueiras, no entanto, é bem diferente do que estabelece a supracitada lei: não há fiscalização para atender os critérios mínimos exigidos por lei em nenhuma das cidades do baixo São Francisco e nem regulamentações específicas para a comercialização do pescado no mercado local. É gritante a necessidade de um maior interesse do poder público, para assegurar a viabilidade da atividade, tão importante para as regiões ribeirinhas.

Por fim, conclui-se que são necessárias medidas de manejo e assistência governamental social e técnica para minimizar os impactos ambientais e econômicos a que são submetidas as comunidades pesqueiras tradicionais, possibilitando a permanência da viabilidade econômica da pesca do BSF.

REFERÊNCIAS

ABDALLAH, P.R; BACHA, C.J.C. Evolução da atividade pesqueira no Brasil: 1960-1994, Passo Fundo. **Teoria Evidência Econômica**. v. 7, n. 13, p.9-24, nov. 1999.

ALARCON, D.T. **Interações entre cetáceos e atividades pesqueiras na área proposta para a Reserva Extrativista Marinha de Itacaré (BA)**. 2006. p.156. Dissertação (Mestrado) - Sistemas Aquáticos Tropicais. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2006.

ALENCAR, C.A.G; MAIA, L.P. Perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros, Fortaleza. **Arquivos de Ciências do Mar**. v. 44, n.3, p.12-19, 2011.

ANJOS, M.H.G. do; SILVA, A.; AMÂNCIO, C.; LOPES, F.; COSTA, K. P.C. da. Análise Do Perfil Sócio-Econômico Dos Pescadores Profissionais Artesanais Do Município De Miranda/MS In: **CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL**, 8, 2010, Porto de Galinhas. Anais. Porto de Galinhas: SOBER, 2010.

BOEGER, W.A. Cadeia Produtiva da Aqüicultura do Vale do São Francisco, Curitiba. **Editora CNPq**, 1ªed., 1998.

BRASIL, Lei Nº 10.779/2003. **Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal**. D.O.U. de 26 de nov. 2003.

_____. Lei 11.959/2009. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca**. Regula as atividades pesqueiras. Diário Oficial da União Seção 1 Atos do Poder Legislativo pág 1-3. 30 de junho de 2009.

_____ Decreto nº 30.691 de 29 de março de 1952. **Regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal – RIISPOA** http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/MercadoInterno/Requisitos/RegulamentoInspecaoIndustrial.pdf acesso em 05.12.20112.

CHESF, 2008. Companhia Hidrelétrica do São Francisco. **Especificações Técnicas DEMG 001/2008, Programa de Resgate Cultural de Pescadores e Pescadoras do Baixo São Francisco**. p.15, Março, 2008.

COSTA-NETO, E.M; MARQUES, J.G.W. Atividades de pesca desenvolvidas por pescadores da comunidade de Siribinha, município de Conde, Bahia: uma abordagem etnoecológica, Feira de Santana. **Sitientibus série Ciências biológicas**. v.1, n.1, p.71-78, 2001.

DANTAS, L.H.N; SANTOS, E.J.S; LEMOS, J.M; BARBOSA, L.T; SOARES, E.C.S. Análise do desembarque de pescado em duas regiões do Baixo São Francisco. **Anais do IV ENPAP e III Seminário de Piscicultura Alagoana**, Penedo, Brasil. p.21-24, 2008.

DIEGUES, A.C. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. In: _____. (Org.). São Paulo: HUCITEC, NUPAUB-SP, 2000. p.290, 1973.

_____ **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. Editora Ática, São Paulo. 287p., 1983.

IBGE, 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, CENSO - 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em 20.10.2012.

ISAAC-NAHUM, V.J. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. **Revista Amazonia**, p. 33-36, 2006.

JULIANO, R. P. **Qualidade do Pescado em Feira Livre**. Monografia de Especialização - UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO São Paulo, 2007. Disponível em <http://www.qualittas.com.br> acesso em 05.12.2012.

LIRA, L; MESQUITA, B; SOUZA, M.M.C; LEITE, C.A; LEITE, A.P.A; FARIAS, A.M; GALVÃO, C. **Diagnóstico Socioeconômico da Pesca Artesanal do Litoral de Pernambuco**. Recife. Instituto Oceanário de Pernambuco: Departamento de Pesca e Aqüicultura da Universidade Federal Rural de Pernambuco. p.120, 2010.

MARTINS, V.S. **Uma Abordagem etnoecológica abrangente da pesca do polvo (Octopus spp.) na comunidade de Coroa Vermelha (Santa Cruz Cabrália, Bahia)**. 2008. p.128. Dissertação (Mestrado) - Sistemas Aquáticos Tropicais, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2008.

MENDONÇA, T. J. LUCENA, A. C. P. Avaliação do Seguro Defeso Concedido aos Pescadores Profissionais no Brasil. **Série Relatório Técnico**, São Paulo. n. 50, p. 20, out. 2013.

MPA, 2011. **Ministério da Pesca e Aquicultura**. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>. Acesso em 29.10.2012.

MSD, 2012. **Ministério do desenvolvimento social e combate á fome, Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 29.10.2012.

RAMOS, V.O.C. **Pesca, pescadores e políticas públicas no Baixo São Francisco, Sergipe – Brasil**. 2001. 197 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, Brasília, 2001.

RICHARDSON, J.R. Pesquisa social: métodos e técnicas. **São Paulo: Atlas**, 344p. 1989.

SANTOS, G.M; SANTOS, C.M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. Dossiê Amazônia Brasileira II, São Paulo. **Estudos Avançados**. v. 19, n. 54, 2005.

SILVA, M.C; OLIVEIRA, A.S; NUNES, G.Q. Caracterização socioeconômica da pesca artesanal no município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, Belém. **Amazônia Ciência&Desenvolvimento**. v. 2, n. 4, p.37-51, jan./jun. 2007.

WELCOMME, R.L; BARTLEY, D.M. Current approaches to the enhancement of fisheries. **Fisheries Management and Ecology**. v. 5, p.351-382, 1988.